

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu **Caderno de Provas**, caso haja item(ns) que avalie(m) **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Desde que não seja um satélite natural, como a Lua, um corpo celeste do sistema solar merece o *status* de planeta apenas se obedecer a três condições: estar em órbita em torno do Sol; ter massa suficiente para que sua gravidade o leve a apresentar uma forma quase redonda; e ter a vizinhança de sua órbita livre de objetos significativos que possam entrar no seu caminho. Foi com esse trio de regras objetivas que a União Astronômica Internacional (IAU) aposentou, em 26/8/2006, o conceito antigo e vago de planeta, associado à ideia de um corpo errante e luminoso que podia ser visto no céu.

Os oito primeiros planetas do sistema solar (Mercúrio, Vênus, Terra, Marte, Júpiter, Saturno, Urano e Netuno) se encaixavam na nova caracterização. O então ainda considerado nono planeta, o caçulinha da turma, descoberto apenas em 1930, não. “Plutão é um ‘planeta anão’ segundo a definição acima e é reconhecido como o protótipo de uma nova categoria de objetos transnetunianos [situados depois de Netuno]”, escreveu a direção da IAU na resolução B6, divulgada naquela data.

No mesmo documento, a entidade determina que um planeta anão, além de não ser um satélite, deve obedecer às duas primeiras condições impostas aos planetas, mas não é necessário que sua órbita seja livre de outros corpos celestes.

As decisões da resolução resguardaram o conceito de planeta dentro do sistema solar para apenas oito objetos conhecidos. Se a mudança não tivesse sido adotada, outros objetos do cinturão de Kuiper, muito parecidos com Plutão, também teriam de ser considerados planetas. Descoberto em 2005, o objeto transnetuniano denominado Éris era um desses casos. Com massa maior que a de Plutão, chegou a ser anunciado como um novo planeta — até que a resolução da IAU barrou sua entrada no clube planetário, expulsou Plutão da turma e reduziu seus membros a oito.

Marcos Pivetta. *Na órbita do Planeta 9*. In: *Revista Pesquisa FAPESP*, n.º 351, maio/2025. Internet: <revistaspesquisa.fapesp.br> (com adaptações).

Considerando a organização do texto anterior, seus aspectos linguísticos e as informações nele veiculadas, julgue os itens a seguir.

- 1 O texto caracteriza-se como predominantemente argumentativo, uma vez que se baseia na expressão e na defesa de opiniões próprias de seu autor.
- 2 No trecho subsequente aos dois-pontos no primeiro período do texto, as formas verbais “estar” e “ter” introduzem as condições obrigatórias para a classificação de um corpo celeste como planeta, por isso estão empregadas no modo imperativo.
- 3 De acordo com o texto, não é impróprio denominar a Lua de planeta.
- 4 Conclui-se da leitura do último parágrafo do texto que o objeto denominado Éris não faz parte da “turma” mencionada no último período do texto.

- 5 No segmento “mas não é necessário que sua órbita seja livre de outros corpos celestes” (terceiro parágrafo), a conjunção “mas” está empregada com sentido aditivo, podendo, portanto, ser substituída, sem alteração do sentido original do texto, pela conjunção e.
- 6 As quatro orações que compõem o último período do texto compartilham o mesmo sujeito referencial.
- 7 A oração “Se a mudança não tivesse sido adotada” (segundo período do último parágrafo) expressa uma hipótese.

Com base no **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os próximos itens.

- 8 O vocativo adequado a ser empregado em comunicação oficial cujo destinatário seja ministro de tribunal superior é Senhor Ministro.
- 9 São atributos da redação oficial expressamente previstos no referido manual: clareza e precisão; objetividade; concisão e isenção.

Para o príncipe não é coisa somenos a escolha de seus ministros, que são bons ou não, conforme a prudência daquele. E o primeiro juízo que se faz da mente de um príncipe é observar os homens que ele tem a seu lado. Quando eles são capazes e fiéis, podemos considerá-lo sábio, porque soube reconhecê-los suficientemente e mantê-los fiéis; quando, porém, não forem assim, pode-se fazer mau juízo dele, pois o primeiro erro que comete é o desta escolha.

Nicolau Maquiavel. **O príncipe**: com as notas de Napoleão Bonaparte. Tradução de J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 2.ª ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997, p. 144 (com adaptações).

Considerando os sentidos e aspectos sintáticos do texto precedente, julgue os seguintes itens.

- 10 O termo “sábio” (terceiro período) exerce no texto a função sintática de adjunto adverbial, expressando o modo como se pode considerar o príncipe que escolhe bem os seus ministros.
- 11 Sem prejuízo da ideia central do texto, a oração “Para o príncipe não é coisa somenos a escolha de seus ministros” (primeiro período) poderia ser assim reescrita: **Não é de pouca importância para o príncipe a escolha de seus ministros**.
- 12 Entende-se da leitura do texto que o bom ou o mau juízo que se faz de um príncipe está relacionado à sua capacidade de modificar a índole de seus ministros.
- 13 A substituição do trecho “não forem assim” (último período) por **não o forem** manteria a correção gramatical e a coerência do texto.
- 14 Nas orações “que se faz da mente de um príncipe” (segundo período) e “que comete” (último período), o vocábulo “que” desempenha a função sintática de sujeito.

Julgue os itens a seguir, referentes ao processo administrativo no âmbito da administração pública federal, ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da União (Lei n.º 8.112/1990) e às carreiras do Poder Judiciário da União.

- 15 Considere que, no âmbito de processo administrativo disciplinar contra determinado servidor da justiça militar, ele tenha sido devidamente intimado e apresentado autodefesa por escrito, sem apoio jurídico formalizado nos autos. Nessa situação, de acordo com o entendimento sumulado do STF, a falta de defesa técnica por advogado não configura, por si só, causa de nulidade do processo administrativo.
- 16 Suponha que, em determinado processo administrativo de fiscalização contratual, tenha sido verificado que o relatório juntado aos autos estava com a assinatura de uma pessoa assistente, mas sem a anuência formal de um superior responsável, a qual seria requisito formal para a constituição do ato. Nessa situação, se constatadas ausência de lesão ao interesse público e inexistência de prejuízo a terceiros, o ato poderá ser convalidado em momento posterior.
- 17 A delegação de competência a órgão hierarquicamente inferior para proferir decisão em recurso administrativo somente será válida se realizada em momento anterior à interposição do recurso.
- 18 A respeito da remoção de servidores no âmbito do Poder Judiciário da União, a legislação de regência considera como quadro a estrutura de cada justiça especializada — justiça federal, justiça do trabalho, justiça eleitoral e justiça militar —, admitindo o deslocamento funcional somente entre órgãos da mesma justiça especializada.
- 19 A administração pública tem o direito de anular ato administrativo comprovadamente ilegal e pode fazê-lo a qualquer tempo, mesmo que o ato tenha gerado efeito favorável a particular que dele se tenha beneficiado de boa-fé.
- 20 De acordo com o entendimento jurisprudencial do STJ, o servidor público federal que usufruiu o primeiro período de férias, após ter cumprido a exigência de doze meses de exercício, pode usufruir as férias seguintes no mesmo ano civil, sem necessidade de completar o período aquisitivo em curso.

De acordo com o disposto na Lei n.º 8.457/1992, que organiza a justiça militar da União e regula o funcionamento de seus serviços auxiliares, bem como no Regimento Interno do STM, julgue os itens a seguir.

- 21 Suponha que, durante julgamento de apelação no STM, um dos ministros que compõe o colegiado suscite a inconstitucionalidade de determinada lei, apresentando nos autos questão inédita a ser apreciada pela corte. Nessa situação, deverá ser interrompido o julgamento e aberta vistas dos autos ao procurador-geral da justiça militar, para apresentação de parecer, conforme o prazo indicado no Regimento Interno do STM.
- 22 Das decisões finais tomadas pelo Conselho de Administração do STM, no âmbito de sua competência, cabe recurso administrativo ao presidente da corte.
- 23 Compete ao juiz federal da justiça militar processar e julgar, monocraticamente, os crimes cometidos por civis, em tempo de paz, contra as instituições militares.
- 24 A função de corregedor da justiça militar da União é exercida pelo ministro vice-presidente do STM, o qual a desempenha durante o período de seu mandato, permanecendo excluído da distribuição de processos, mas podendo integrar o Plenário no exercício da atividade jurisdicional.
- 25 A aplicação de penalidade a servidor integrante dos serviços auxiliares da justiça militar devido ao cometimento de infração administrativa grave ou gravíssima caberá ao diretor-geral do STM, independentemente do cargo ou da função ocupada pelo servidor.

Foi instaurado no STM incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), tendo como objeto a interpretação e a aplicação de determinado instituto jurídico da justiça militar da União.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, de acordo com o Regimento Interno do STM.

- 26 O Ministério Público Militar deverá intervir obrigatoriamente no IRDR e, em caso de desistência ou abandono, assumir a sua titularidade.
- 27 O IRDR será julgado monocraticamente pelo presidente do STM, e da decisão proferida caberá agravo interno para o Plenário do STM.

Com base no disposto na Constituição Federal de 1988 e na Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens a seguir.

- 28 Configura ato de improbidade administrativa a mera nomeação ou indicação política por detentores de mandatos eletivos, independentemente da aferição de dolo com finalidade ilícita do agente.
- 29 O mero exercício de função pública, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- 30 O sucessor ou o herdeiro daquele que tenha causado dano ao erário está sujeito à obrigação de repará-lo integralmente.

Julgue os seguintes itens, de acordo com o disposto no Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União.

- 31 O servidor não pode omitir ou falsear a verdade, salvo em casos excepcionais, em defesa da administração pública.
- 32 Em regra, a publicidade dos atos administrativos constitui requisito de eficácia e moralidade, e sua omissão enseja comprometimento ético.
- 33 O servidor da justiça militar da União tem o dever fundamental de representar contra comprometimento indevido da estrutura da administração pública, independentemente da hierarquia a que esteja subordinado.
- 34 Ao servidor da justiça militar da União é permitido exercer sua função, seu poder ou sua autoridade com finalidade estranha ao interesse público, desde que ele observe as formalidades legais e não cometa violação expressa à lei.

Julgue os itens subsequentes, à luz das disposições do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União.

- 35 O prazo da apuração de responsabilidade por falta ética não poderá exceder quarenta dias, contados da data de instauração do processo, admitida a sua prorrogação por igual período.
- 36 A Diretoria de Pessoal deverá disponibilizar, em caráter ostensivo, independentemente de solicitação, a declaração de bens e rendas das autoridades investidas na justiça militar da União, a fim de dar publicidade à sua situação patrimonial e evitar conflito com o interesse público.
- 37 Na ausência de lei que disponha sobre prazo diverso, será de seis meses, contados da exoneração da autoridade investida na justiça militar da União, o período de interdição para atividade incompatível com o cargo anteriormente exercido, não lhe sendo permitido estabelecer vínculo profissional com pessoa jurídica com a qual tenha mantido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores à exoneração.
- 38 Advertência, suspensão e demissão são as penas aplicáveis ao servidor pela Comissão de Ética da Justiça Militar da União.
- 39 Admite-se a participação de autoridade investida na justiça militar da União em seminários e congressos, desde que não resulte no recebimento de remuneração, devendo-se dar publicidade a eventual pagamento das despesas de viagem pelo promotor do evento.
- 40 Qualquer procedimento instaurado para apuração de prática em desrespeito às normas éticas deverá ser mantido em caráter reservado até que esteja concluído.

Text CG2A1-I

Industry, government and law enforcement agencies are in race to keep up with the vast cybercrime ecosystem, experts say, as cybercriminals and malicious actors increasingly exploit the digital economy. “The global law enforcement community is struggling with the sheer volume of cyber-related crimes,” Jürgen Stock, the Secretary-General of INTERPOL, said during the World Economic Forum’s 2024 Annual Meeting in Davos. “The crime statistics only go in one direction, which is up.”

Cybercrime rose significantly during the COVID-19 pandemic. Currently, large and sophisticated cybercrimes continue to be deployed today. They are also becoming more expensive for the targeted companies and organizations. The average global cost of a data breach reached US\$ 4.45 million last year, according to the latest research, the highest level ever recorded.

In Davos, experts maintain that so-called security by design is key to bolstering cyber resilience. The concept of security by design entails building cybersecurity protocols into software and hardware products from the earliest development stage. This approach allows safeguards to be embedded at each state of operation and limits the chances of cybersecurity vulnerabilities emerging as products develop and are put into use. “It has become an imperative for the digital public infrastructure,” Debjani Ghosh, President of Indian technology non-profit NASSCOM, said of security by design.

The international community needs to “start thinking about the processes we can put in place to make sure that we can support each other and defend each other’s public infrastructures,” Sadie Creese, a Professor of Cybersecurity at the University of Oxford, said in Davos.

Internet: <weforum.org> (adapted).

Based on text CG2A1-I, judge the following items.

- 41 According to the concept of security by design, cybersecurity protocols must be put in place during software’s latest phases of development.
- 42 The significance of international collaboration in the cybersecurity domain is questionable, according to Sadie Creese.
- 43 Industrial and governmental organizations are working to match the speed of cybercrime development.
- 44 Replacing ‘sheer’ (second sentence of the first paragraph) with **massive** would preserve the original meaning and maintain the grammatical correctness of the text.
- 45 According to some experts mentioned in the text, security by design may play a supplementary role in strengthening digital defenses.

Espaço livre**Text CG2A1-II**

Virtual reality (VR) can, in its own imperfect ways, transport a user into distant experiences. One thing VR can’t yet do, however, is simulate the experience of eating lunch. But that could change thanks to a new “bio-integrated gustatory interface” device called e-Taste.

Researchers from Ohio State University created a small electromagnetic pump connected to a liquid channel of chemicals that, when mixed in the right ratios, can approximate the taste of coffee, lemonade, cake, and other food and drinks. That newly crafted chemical liquid is then pushed through via a gel. Users ultimately experience the taste as a liquid that sits in their mouth. And while an initial group of human test subjects struggled to accurately differentiate between different taste profiles, the study suggests a future VR steakhouse experience might not be as far-fetched as it sounds.

The researchers tested their new device on 10 volunteers and received mixed results. On the positive side, the test subjects were able to differentiate between various sour taste profile intensities with approximately 70 percent accuracy. The tests were less conclusive though when researchers asked participants to distinguish between flavors intended to represent cake, fried egg, coffee, and fish soup. That discrepancy is not necessarily due entirely to poor device performance, though. Even in the physical world, taste is inherently subjective. Factors such as smell, memory, and visual cues can influence how we perceive food. Two people might experience the taste of the same meal slightly differently. “Taste and smell are greatly related to human emotion and memory,” added one of the researchers. “So our sensor has to learn to capture, control, and store all that information.”

The e-Taste researchers believe their device could also have applications beyond video games. Theoretically, the technology could one day allow users to virtually taste-test items before ordering them. Medical professionals might also use the device to remotely assess whether patients have lost certain aspects of taste, which could be an early indicator of illness. Additionally, the device could serve as an aid in reintroducing taste sensations to individuals with certain neurological disorders or illnesses, such as long COVID, that have impaired their ability to taste food.

Internet: <popsci.com> (adapted).

According to text CG2A1-II, judge the items that follow.

- 46 The device was projected to aid those who have lost their sense of taste in recovering it.
- 47 In the last sentence of the second paragraph, the use of “far-fetched” implies that the possibility of a VR steakhouse experience comes across as highly unrealistic and unlikely to occur.
- 48 The text states that, even though they have tried, the creators of e-Taste could not emulate the experience of eating lunch.
- 49 The test subjects of the research mentioned in the text could accurately distinguish between sour taste intensities most of the time.
- 50 The tests of the e-Taste device suggest that taste perception presents a high degree of uniformity across individuals.

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os próximos itens, relativos ao cabeamento estruturado, às fibras ópticas, às redes locais e aos *jumbo frames*.

- 51 Uma LAN é uma rede particular, que opera dentro e próximo de um único prédio, usada para conectar computadores pessoais que trocam informações pelo protocolo *ethernet*, conectados a um dispositivo de rede chamado *switch*, com enlace ponto a ponto.
- 52 Os roteadores e *switches* permitem o transporte de quadros chamados *jumbo frames*, sendo cada quadro limitado ao tamanho de 1.518 *bytes*.
- 53 Os cabos UTP de categorias 5 têm impedância de 100 ohms e permitem comunicações de até 100 Mbps.
- 54 Cabos da categoria 6a só devem ser implementados se a distância máxima entre os pontos de rede for de até 55 metros.
- 55 As fibras monomodo tem custo mais elevado que as do tipo multimodo e são muito utilizadas em longas distâncias, podendo transmitir dados a 100 Gbps por 100 km, sem amplificação.

No que se refere aos protocolos DHCP e IMAP, aos sistemas de segurança IPS, aos modelos de nuvem, ao ambiente Linux e ao Microsoft Windows Server, julgue os itens a seguir.

- 56 Para a ativação de uma licença de Windows Server baseada em serviço de gerenciamento de chaves (KMS), o computador ativado deve manter a conectividade periódica com o controlador de domínio Active Directory (AD).
- 57 Um servidor DHCP fornece ao computador cliente um IP fixo, bem como a autenticação entre esse computador e o referido servidor.
- 58 O protocolo IMAP é executado no servidor de correio na porta de escuta 143, na qual a conexão entre o cliente e o servidor não é criptografada.
- 59 Um IPS atua como um filtro de pacotes que inspeciona todo e qualquer pacote que entra e que sai na rede, sendo o critério de filtragem determinado por regras, ou por tabelas que listam as origens e os destinos aceitáveis.
- 60 No Linux, a execução do comando a seguir irá atualizar o pacote *samba*, se este já estiver instalado no sistema operacional.

```
yum update samba
```

- 61 No modelo de nuvem pública, os serviços são disponibilizados para qualquer cliente, e recursos como servidores, armazenamento e aplicações são controlados pelo provedor desses serviços.

Julgue os itens seguintes, relativos à administração de banco de dados Oracle, à modelagem de dados relacional, à normalização de dados e ao *data mining*.

- 62 Em *data mining*, a técnica de regras de associação é usada para prever valores contínuos com base em atributos independentes, utilizando-se árvores de regressão.
- 63 Em um ambiente Oracle Database, o comando `ALTER DATABASE DISMOUNT;` pode ser utilizado para desmontar o banco de dados, ou seja, a execução desse comando encerraria o acesso às estruturas físicas (*datafiles*), mas manteria a instância ativa.
- 64 No Oracle Database, o *log writer buffer* é uma das principais áreas da System Global Area (SGA), contendo a Library Cache (para instruções SQL/PLSQL) e a Data Dictionary Cache.
- 65 A normalização de dados é a estratégia de criação de índices compostos para melhorar a performance das consultas em grandes volumes de dados.
- 66 No processo de modelagem relacional de dados, uma chave estrangeira (*foreign key*) corresponde ao atributo de uma tabela que referencia a chave primária de outra tabela, estabelecendo uma relação entre elas.

Acerca de *deep learning*, de *Big Data* e de redes neurais, julgue os itens subsequentes.

- 67 Em uma rede neural artificial treinada por retropropagação, o objetivo principal do algoritmo durante o treinamento é aumentar o número de camadas ocultas até que a acurácia atinja 100%.
- 68 No contexto do *deep learning*, a função das camadas ocultas (*hidden layers*) em uma rede neural profunda é extrair e processar os dados de forma que a rede aprenda características progressivamente mais complexas nas camadas mais profundas.
- 69 O *overfitting*, em modelos de *deep learning*, ocorre quando o modelo tem alta precisão tanto nos dados de treinamento quanto nos dados de teste, indicativo de que o modelo generaliza bem.
- 70 A ferramenta Spark é mais eficiente que a Hadoop em tarefas iterativas, pois armazena os dados na memória RAM durante o processamento.
- 71 Em uma rede neural artificial, a função de ativação é responsável por armazenar os pesos de cada conexão entre os neurônios para posterior retropropagação.
- 72 Em um ambiente de *Big Data*, a função do HDFS (*Hadoop distributed file system*) é caracterizada por armazenar grandes volumes de dados de forma distribuída e tolerante a falhas.

Em relação à segurança da informação em organizações, julgue os itens a seguir, com base na norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2022.

- 73 A segurança da informação deve ser apoiada por políticas específicas para cada tópico, de acordo com a necessidade da organização, além de ser necessária a implementação de controles de segurança da informação.
- 74 A política de segurança da informação deve ser definida pela organização, aprovada pela gerência, publicada, comunicada e reconhecida pelo pessoal relevante e pelas partes interessadas relevantes, bem como deve ser revisada em intervalos planejados e na hipótese de ocorrência de mudanças significativas.

Julgue os próximos itens, a respeito de princípios de segurança da informação e de criptografia.

- 75** Uma cifra de fluxo é um tipo de criptografia simétrica por meio da qual o texto simples pode ser criptografado *bit a bit* ou *byte a byte*.
- 76** Por padrão, em criptografia assimétrica, a chave pública é utilizada para cifrar uma mensagem sempre que se deseja preservar a integridade da informação.
- 77** A confidencialidade tem como princípio o uso de técnica criptográfica que garanta que o conteúdo da informação não seja compreensível para quem não esteja autorizado a acessá-la.
- 78** Segundo o princípio da integridade, uma informação deve sempre estar disponível no momento em que se necessita dela.

Acerca de MFA (*multi-factor authentication*), julgue os itens que se seguem.

- 79** Uma técnica de verificação de MFA pode ser implementada por meio do envio de um código único de verificação para o endereço de *e-mail* registrado no sistema ou na aplicação em questão.
- 80** A MFA normalmente se baseia ou em um fator conhecido pelo usuário, como uma senha ou um PIN; ou em um fator que esteja sob a posse do usuário, como um *token* ou *hardware*; ou em um fator que apenas o usuário possa oferecer, como uma característica biométrica.

A respeito de OpenId Connect, julgue os itens subsequentes.

- 81** Uma das vulnerabilidades do OpenID Connect é o uso de *tokens* não assinados para transportar atributos pessoais do usuário final.
- 82** OpenID Connect é um protocolo em que provedores de identidade são capazes de lidar com os processos de autenticação de forma segura, sendo possível verificar as identidades dos usuários de aplicativos que o utilizam.

Em relação a ataques de *malwares* e a *frameworks* de segurança da informação, julgue os itens subsequentes.

- 83** O MITRE ATT&CK é um modelo que busca categorizar o comportamento do atacante, com base em apenas dois componentes principais: táticas e procedimentos.
- 84** *Rootkit* é um tipo de *malware* que permite que um atacante mantenha controle remoto sobre o sistema infectado, salvo se ele for reiniciado.

Julgue os itens a seguir, em relação a planejamento estratégico de TIC.

- 85** Os indicadores de desempenho de TIC devem ser definidos com base nos objetivos organizacionais de forma a permitir o monitoramento e a avaliação contínua dos resultados alcançados.
- 86** Plano diretor de TIC (PDTIC) é um instrumento que organiza e prioriza as ações de TIC, alinhando-as ao planejamento estratégico da instituição.
- 87** O planejamento estratégico de TIC deve ser realizado independentemente dos recursos disponíveis, com foco nas metas de longo prazo.

Acerca de governança de TIC, julgue os próximos itens.

- 88** A análise SWOT aplicada à TIC é utilizada para identificar exclusivamente as ameaças externas que podem impactar negativamente os serviços de tecnologia da informação.
- 89** Segundo o COBIT 2019, a governança de TIC deve ser implementada por meio de processos automatizados, o que elimina a necessidade de intervenções humanas em decisões estratégicas.
- 90** As metodologias OKR, PKI e BSC são utilizadas para definir e monitorar indicadores de desempenho em TIC; o OKR concentra-se em objetivos qualitativos, ao passo que o BSC utiliza perspectivas financeiras, de clientes, de processos internos e de aprendizado e crescimento.
- 91** O ITIL 4 propõe que o gerenciamento de serviços de TIC seja baseado em um modelo de valor de serviço, que conecta os componentes de governança, práticas e melhoria contínua para atender às necessidades dos *stakeholders*.

Julgue os itens subsequentes, a respeito de gerenciamento de projetos, governança e gestão de riscos de TIC.

- 92** De acordo com a Lei n.º 14.133/2021, no planejamento de contratações de TIC no Poder Judiciário, devem se consideradas a compatibilidade com o plano de contratações anual e a elaboração de estudos técnicos preliminares; no entanto, a designação de fiscal e gestor do contrato é facultativa, sujeitando-se à complexidade do objeto contratado.
- 93** As opções de tratamento de riscos de TIC incluem a transferência do risco, que busca compartilhar o risco com terceiros, por meio, por exemplo, de seguros ou terceirização, e a ação de evitar o risco, que consiste em decidir não iniciar ou descontinuar a atividade que origina o risco.
- 94** O PMBOK 7.^a edição substitui os grupos de processos por domínios de desempenho, abordando aspectos como equipe, ciclo de vida e entrega; o escritório de projetos (PMO) tem foco na execução dos projetos, ao passo que a gestão de portfólio de projetos se limita à priorização de iniciativas com base em critérios financeiros.
- 95** A Resolução CNJ n.º 370/2021 estabelece que a Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) deve ser implementada com base em princípios de governança e gestão de TIC alinhados às diretrizes estratégicas do CNJ, ao passo que a Resolução CNJ n.º 468/2022 e o Guia de Contratações de STIC reforçam a necessidade de transparência e eficiência nas aquisições de TIC.

Julgue o item a seguir, com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709/2018).

- 96** O controlador de dados pode compartilhar dados pessoais com terceiros sem a necessidade de consentimento do titular, desde que o compartilhamento seja realizado para fins comerciais e não envolva dados sensíveis.

Com base no disposto na Resolução CNJ n.º 522/2023, que aprova o modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão de processos e documentos do Poder Judiciário (MoReq-Jus), julgue os seguintes itens.

- 97** Os sistemas informatizados de gestão de processos e documentos utilizados em atividades judiciais e administrativas dos órgãos integrantes do Poder Judiciário, à exceção dos que forem segmentados em aplicações, módulos e microsserviços, deverão atender aos requisitos do MoReq-Jus.
- 98** A adequação dos sistemas informatizados de gestão de processos e documentos em utilização nos órgãos do Poder Judiciário ao MoReq-Jus deve ser efetuada em até cinco anos, quanto ao recebimento, armazenamento e envio de 100% dos metadados.
- 99** O referido modelo deve ser incluído como conteúdo programático nos concursos públicos para provimento de cargos nas áreas de tecnologia da informação e gestão documental dos órgãos do Poder Judiciário.

À luz das disposições da Resolução CNJ n.º 335/2020 e das Portarias CNJ n.º 252/2020, CNJ n.º 253/2020 e CNJ n.º 131/2021, todas referentes à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), julgue os itens a seguir.

- 100** Na análise sintática automatizada de qualidade de código empreendida pelo grupo revisor de código-fonte das soluções da PDPJ-Br, o código-fonte que não alcançar os critérios mínimos deve ser sumariamente rejeitado, devendo a equipe que o implementou proceder às correções indicadas antes de submetê-lo novamente à análise.
- 101** É vedada a aquisição, ainda que não onerosa, de qualquer novo sistema privado que cause dependência tecnológica do respectivo fornecedor e que não permita o compartilhamento não oneroso da solução na PDPJ-Br.
- 102** Os tribunais que não possuem projetos de sistema processual público não podem aderir à PDPJ-Br.
- 103** A responsabilidade pela coordenação da rede de governança da PDPJ-Br cabe ao Comitê Gestor Nacional da PDPJ-Br.
- 104** As soluções constantes da PDPJ-Br devem conter artefatos de testes automatizados com incentivo às práticas de TDD (*test driven development*), dispondo de testes de unidade e de integração.
- 105** Os comitês gestores dos tribunais, que compõem a rede de governança da PDPJ-Br, devem ter pelo menos um representante da magistratura, do Ministério Público dos estados, da Defensoria Pública, das procuradorias e da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

Julgue os itens que se seguem, de acordo com o disposto na Resolução CNJ n.º 396/2021 e na Portaria CNJ n.º 162/2021, que tratam da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ).

- 106** Com exceção do STF, todos os órgãos do Poder Judiciário devem implementar a gestão de usuários de sistemas informatizados, incluído o gerenciamento de identidades, de acessos e de privilégios.
- 107** Todos os tribunais do Poder Judiciário devem implementar os protocolos e manuais relacionados com a ENSEC-PJ.
- 108** O Comitê Gestor de Segurança da Informação do Poder Judiciário, em cuja composição inclui-se um especialista indicado pelo STM, poderá convidar representante das forças armadas para subsidiar os trabalhos do comitê.

Julgue os próximos itens, relativos a Spring Eureka, Zuul, Map Struct, *service discovery* e Swagger.

- 109** Swagger é um conjunto de ferramentas de código aberto construídas em torno da especificação OpenAPI que permite projetar, criar, documentar e consumir APIs REST.
- 110** No contexto do *framework* Spring, o *service discovery* é um dos princípios fundamentais de uma arquitetura baseada em microsserviços, pois, quando um cliente se registra no servidor Eureka, este receberá *heartbeat messages* de cada instância pertencente a um serviço e, caso a mensagem falhe em um horário configurável, a instância poderá ser removida do registro.
- 111** MapStruct é um gerador de código que permite realizar a implementação de mapeamentos entre tipos de *bean* Java com base em uma abordagem de convenção sobre configuração, permitindo gerar mapeamentos de *bean* em tempo de compilação.
- 112** Zuul é um *gateway* de aplicativos L7 que fornece recursos para roteamento dinâmico e monitoramento, além de permitir avaliar os limites de desempenho e capacidade de sistemas, com vistas a ajustar políticas de escalonamento automático.

No que concerne a OAuth2, JSON e Hibernate Envers, julgue os itens subsequentes.

- 113** OAuth2 é um padrão aberto que permite que aplicações obtenham acesso seguro às informações do usuário de outros *sites*, em que os *tokens* de acesso são credenciais usadas para acessar recursos protegidos com escopo e durações de acesso específicos, concedidos pelo proprietário do recurso e aplicados pelo servidor de recursos e pelo servidor de autorização.
- 114** O código a seguir é um exemplo de uma notação JSON com formato válido.

```
{"Nome": [{"letra": "S", "nome": "Supremo"}, {"letra": "T", "nome": "Tribunal"}, {"letra": "M", "nome": "Militar"}]}
```

- 115** Hibernate Envers é uma extensão do Hibernate ORM que fornece uma maneira fácil de criptografar e anonimizar dados de entidades.

Julgue os itens seguintes, relativos a RabbitMQ, PostgreSQL e Git.

116 Considere que os seguintes comandos tenham sido executados no PostgreSQL 14.18.

```
CREATE TABLE veiculo (
    id SERIAL PRIMARY KEY,
    nome VARCHAR(50) NOT NULL);

CREATE TABLE carro (
    placa VARCHAR(7) UNIQUE NOT NULL)
INHERITS (veiculo);

INSERT INTO veiculo (nome)
VALUES ('Bicicleta');

INSERT INTO carro (nome, placa)
VALUES ('Tesla Model Y', 'Y1357'), ('BMW
X6', 'W6789');

SELECT * FROM veiculo;
```

Nesse caso, o comando `SELECT * FROM veiculo;` apresentará, ao ser executado, o resultado a seguir.

```
id | nome
----+-----
 1 | Bicicleta
```

117 A execução dos comandos Git a seguir, na sequência em que aparecem, é suficiente para enviar o arquivo `app22.html` do repositório local para o repositório remoto, com todas as alterações realizadas localmente.

```
git status
git add app22.html
git commit -m "Versão 22 do aplicativo"
```

118 No RabbitMQ, o *stream* é uma estrutura de dados não persistente que pode armazenar mensagens de produtores que são lidas pelos consumidores, diferenciando-se das filas por não ser replicado.

No que se refere a Rancher, ambiente de *clusters* e Kubernetes, julgue os itens que se seguem.

119 No que se refere aos *daemons* Docker em execução no RancherOS, o System Docker executa serviços de sistema como `ntpd`, e o Manager Docker executa a gestão do serviço em si, a exemplo do controle do `syslog`.

120 No Kubernetes, `kubect1 cordon -a podY nodeX` é o comando que permite anexar ao `nodeX` processo associado ao `podY` que já esteja em execução dentro de um contêiner existente.

Espaço livre